

COMUNICADO

ERSE coloca em consulta pública as propostas de PDIRD-G 2024

A ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos coloca, hoje, em Consulta Pública as propostas de planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás, para o período 2025-2029 (PDIRD-G 2024).

Os operadores das redes de distribuição de gás (ORD) devem elaborar, de acordo com a lei, nos anos pares, planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás.

Nas propostas de PDIRD-G 2024, que agora se submetem a Consulta Pública, os **11 ORD propõem um montante global de investimento que ascende a 394,6 milhões de euros para o período de cinco anos, entre 2025 e 2029.**

Neste montante proposto, destacam-se três grupos de investimentos:

- **238,0 milhões de euros (60%), para expansão e densificação das redes**, através da construção de novos ramais e infraestruturas individuais, **para disponibilizar gás a novos clientes;**
- **135,2 milhões de euros (34%), para investimento em outras infraestruturas de distribuição**, incluindo a construção de UAG e de redes em média pressão, para ligação à rede de transporte em novas áreas geográficas de distribuição, bem como o investimento em sistemas de informação e outros ativos não específicos.
- **21,4 milhões de euros (5%), para projetos relacionados com a transição energética**, incluindo a preparação das infraestruturas de distribuição para a receção de gases renováveis.

Nos termos da mesma legislação, cabe à ERSE promover uma consulta pública das propostas de PDIRD-G 2024, com a duração de 30 dias úteis, e, terminada a mesma, preparar, no prazo de 22 dias, o relatório dessa mesma consulta.

Com base nos resultados da consulta pública, e no prazo de 30 dias após a conclusão do referido relatório, a ERSE emitirá um parecer, não vinculativo, incluindo alterações às propostas apresentadas pelos ORD.

A aprovação das propostas de PDIRD-G 2024 compete ao membro do Governo responsável pela área da energia.

Solicitam-se comentários de todos os interessados, até 16 de julho de 2024.

Aceda aos documentos em [Consulta Pública](#).

Lisboa, 3 de junho de 2024